

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1433117 - SP (2019/0014526-7)

RELATOR : MIN. LUIS FELIPE SALOMÃO

AGRAVANTE : AÇUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
ADVOGADO : ELIAS MUBARAK JUNIOR - SP120415
AGRAVANTE : AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A
ADVOGADO : RENATO MARTON DA SILVA - SP364300
AGRAVADO : MARIA DA GRACA QUEIROZ DE OLIVEIRA
AGRAVADO : JULIANO QUEIROZ DE OLIVEIRA
AGRAVADO : ADRIANA QUEIROZ DE OLIVEIRA RAIMUNDO
AGRAVADO : JOSE FERNANDO RAIMUNDO
AGRAVADO : FABIANA QUEIROZ DE OLIVEIRA
ADVOGADO : RODRIGO CHAMAS - SP174375

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por AÇUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S.A. e OUTRA contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

Parceria agrícola e compra e venda de safra de cana- de-açúcar. Ação de rescisão contratual cumulada com pedidos de reintegração de posse e cobrança.

Cerceamento de defesa. Inocorrência. Não identificada a necessidade ou mesmo a utilidade da prova requerida, não há que se falar em cerceamento de defesa.

Descumprimento contratual por parte da parceira outorgada bem demonstrado por prova documental.

Inadimplemento do contrato de compra e venda das safras de cana-de-açúcar que pode ser extraído das planilhas fornecidas pelas próprias rés. Pedido de cobrança procedente, porquanto reconhecida a existência de an debeat, ficando relegada para a liquidação de sentença a apuração do quantum debeat.

Multa contratual. Cumprimento parcial do contrato. Redução. Necessidade.

Recurso parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 96, § 2º, da Lei n. 4.504/1964 (Estatuto da Terra).

Alegam, em síntese, que, "em razão dos adiantamentos que foram realizados pela ora Recorrente, de fato, não há que se falar em qualquer inadimplência e, portanto, não há que se falar em deferimento da tutela de urgência para que os Recorridos promovessem a colheita e venda das canas de açúcar existentes no imóvel".

E continuam:

Demonstrou-se, ademais, que a Recorrente AÇUCAREIRA promoveu adiantamentos em valores superiores às canas que foram recebidas dos

Recorridos, o que torna duvidoso o argumento de que haveria qualquer dívida a ser salda pelas rés.

Requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial.

É o relatório. DECIDO.

2. A matéria referente ao artigo 96, § 2º, da Lei n. 4.504/1964 (Estatuto da Terra) não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmula 282/STF).

Ressalto que o STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

3. Ainda que assim não fosse, com base nas provas dos autos e no instrumento contratual, o Tribunal local reconheceu a inadimplência da parte agravante, assim consignando:

No que toca ao contrato de compra e venda das safras de cana-de-açúcar, a cláusula 4.2 prevê expressamente que os pagamentos deveriam ser realizados no dia 5 do mês subsequente ao da entrega da cana, ao passo que a cláusula 4.3 estabelece que a liquidação da safra deve ocorrer em 31 de março de cada ano, quando deveriam ser “conferidas as toneladas de cana entregues para fechamento dos valores correspondentes, conforme o regulamento da CONSECANA” (fls. 42).

No entanto, consoante retro consignado, a prova documental produzida revela a existência de reconhecimento pela própria adquirente (Açucareira Virgolino de Oliveira S/A) do inadimplemento de diversas parcelas, desde setembro de 2014 e, ao menos, até fevereiro de 2016, sem qualquer notícia de que tenha havido a liquidação da safra em março dos anos subsequentes, aspecto que, por si só, já confere respaldo ao acolhimento do pedido de cobrança, observando-se que a definição do quantum efetivamente devido se dará na liquidação da sentença.

Nesse contexto, verifico que o acolhimento da pretensão recursal, a fim de afastar a reconhecida inadimplência, exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos e a interpretação de cláusulas contratuais, medidas inadmissíveis nesta Corte, consoante dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do Resp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, "(...) se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ".

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo. Prejudicada a análise do pedido de efeito suspensivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

